

# As Formas Totalitárias na Análise Política de Hannah Arendt

*Maria Gorete de Araújo Melo*

## APRESENTAÇÃO E HOMENAGEM

“... [Quando se está doente], tudo pode acontecer-lhe à revelia, pois a essencial faculdade da vontade lhe é suprimida, restando-lhe apenas a boa vontade”.

*Maria Gorete, em carta ao seu orientador.*

O texto que se vai ler abaixo é a Introdução da dissertação de Maria Gorete de Araújo Melo, que a escreveu sob minha orientação no Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco e cuja defesa, com banca escolhida e data marcada (26 de março de 2001), não chegou a se realizar. Duas semanas antes da data escolhida, Maria Gorete, que já tinha uma saúde frágil, foi acometida por intensa dor de cabeça, seguida de desmaio. Sem plano de saúde, dependendo unicamente do sistema público de saúde, foi internada no Hospital da Restauração, onde foi diagnosticado um rompimento de aneurisma bastante grave, a exigir intervenção cirúrgica. A partir daí, entrou naquela via crucis por que passam as pessoas nessas circunstâncias e nesses locais: exames, urgentes, são marcados para daí a uma semana, porque há uma fila de pessoas à espera; no dia da sua vez, são adiados porque o equipamento quebrou. E assim por diante. Finalmente, foi fixada a data da cirurgia: 16 de abril de 2001. O pior, entretanto, ainda estava por vir. Alguns dias antes dessa data, Maria Gorete começou a apresentar erupções na pele que foram paulatinamente cobrindo todo o seu corpo, sintomas de uma doença rara e terrível, a Necrólise Epidérmica Tóxica, que a levou finalmente à morte no dia 13 de maio de 2001, depois de enormes sofrimentos.

Maria Gorete foi uma pessoa sem sorte. Ingressando no nosso Mestrado em 1996, não conseguiu terminá-lo no tempo regimentalmente previsto, por causa de várias desditas pessoais que sobre ela se abateu. Desligada do curso em 1998, voltou à sua cidade natal – Fortaleza –, onde continuou trabalhando sozinha no tema que havia escolhido para sua dissertação: o pensamento político de Hannah Arendt, autora por quem tinha um sentimento misto de admiração e afeto. No início de 2000, com um esboço do que seria sua dissertação já bastante avançada, submeteu-se a nova seleção e reingressou no curso. Sob minha orientação, terminou seu trabalho e se preparava para a defesa, quando o imponderável aconteceu e Maria Gorete não obteve o título por que tanto lutou e que tanto merecia.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, numa homenagem póstuma, deu o seu nome à Sala de Estudos que existe em suas dependências. Sua Dissertação, mesmo não tendo sido defendida, está depositada no nosso acervo à disposição de quem queira perfazer o caminho que ela palmilhou através de um dos pensamentos políticos mais instigantes do nosso tempo. Dessa Dissertação, publicamos agora a Introdução nesse

primeiro número da nossa revista na sua nova fase. Nada disso, entretanto, anula o sentimento de que o destino, na sua cegueira, é muitas vezes injusto. Como escreveu Amariles Revorêdo, Secretária do nosso Programa e sua grande amiga no Recife, que a amparou e acompanhou durante o longo padecimento final, “sinto por aqueles que a voracidade do cotidiano tenha subtraído a capacidade de enxergar sua alma; sinto por aqueles que foram seus amigos e que, sob um olhar cheio de angústia, viram a vida subtraída de nós”.

Prof. Luciano Oliveira

## INTRODUÇÃO

Se o livro *Origens do Totalitarismo*<sup>1</sup> tivesse recebido o mesmo título da publicação inglesa<sup>2</sup> teríamos de imediato uma melhor compreensão acerca das investigações de Hannah Arendt<sup>3</sup> sobre o totalitarismo. Nossa autora, ao tratar do totalitarismo, está mais preocupada em avaliar a dimensão destrutiva da “carga” que esta forma de governo nos deixou do que propriamente em avaliar suas origens. Esta melhor compreensão a respeito da análise de Arendt e, portanto, a respeito do totalitarismo é a proposta desta dissertação.

Em conseqüência de nossa proposta, examinamos nesta dissertação a análise das formas totalitárias realizada por Arendt. Tendo por objetivo a afirmação da singularidade do conceito de totalitarismo elaborado por esta autora.

Arendt publica *Origens do Totalitarismo* empenhada não em oferecer cientificidade ao conceito de totalitarismo,<sup>4</sup> mas em desenvolver um aparato conceitual capaz de olhar apropriadamente os acontecimentos após a derrota de Hitler. Arendt diz:

“Era, pelo menos, o primeiro momento em que se podia elaborar e articular as perguntas com as quais a minha geração havia sido obrigada a viver a maior parte de sua vida adulta. O que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pode ter acontecido?”<sup>5</sup>

Fazendo uma análise sistemática do nazismo e do stalinismo<sup>6</sup>, Arendt busca uma legitimidade para o conceito de totalitarismo. A autora defende uma simetria entre nazismo e stalinismo, e em sua análise recusa-se a aceitar a investida contra este conceito realizada por alguns teóricos, que afirmam a especificidade do fenômeno ocorrido sob Hitler e sob Stalin, mas não o qualificam de totalitário. Tal investida pretende defender que este fenômeno apenas representa um aspecto forte do autoritarismo. Contra tais assertivas Arendt afirma:

“Confundir o terror total com um sintoma de governo tirânico é tão fácil porque o governo totalitário, em seus estágios iniciais, tem de conduzir-se como uma tirania e põe abaixo as fronteiras da lei feita

---

<sup>1</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>2</sup> *The Burden of Our Times*, London, Secker and Warburg, 1951.

<sup>3</sup> Hannah Arendt, judia alemã, nasceu em Hannover em 1906. Estudou Filosofia nas Universidades de Marburgo, Freiburg e Heidelberg (respectivamente sob a orientação de Heidegger, Husserl e Jaspers). A autora refugiou-se nos Estados Unidos em 1941, onde lecionou filosofia e ciência política por quase duas décadas, lá permanecendo até sua morte em 1975. No Brasil podemos encontrar ricos dados bibliográficos de Arendt em: LAFER, Celso. *A reconstrução dos Direitos Humanos - Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; ADEODATO, João Maurício L. *O Problema da Legitimidade - No rastro do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

<sup>4</sup> A não cientificidade do conceito de totalitarismo é afirmada pela esquerda a partir da argumentação de que este conceito baseia-se num duplo erro teórico: não admitir que o nazismo foi um fenômeno indissolivelmente ligado ao capitalismo e ao imperialismo, e não ter considerado que o Estado soviético é um Estado operário, e não um Estado de classes.

<sup>5</sup> ARENDT, OT, p. 339-340.

<sup>6</sup> Arendt restringe sua análise do fenômeno totalitário exclusivamente aos regimes de Hitler a partir de 1938 até o final da guerra, e ao regime de Stálin a partir de 1930 até sua morte.

pelos homens. Mas o terror total não deixa atrás de si nenhuma ilegalidade arbitrária, e a sua fúria não visa o benefício do poder despótico de um homem contra todos, e muito menos uma guerra de todos contra todos. Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas<sup>7</sup>“.

A análise de totalitarismo realizada por Arendt é precedida por uma análise do anti-semitismo e do imperialismo. A autora encontra nestes dois fenômenos não propriamente a gênese do totalitarismo, o que a impediria de iniciá-los como origens do comunismo, mas percebe estes fenômenos como correntes subterrâneas da mentalidade européia que se cristalizaram<sup>8</sup> no totalitarismo.

O anti-semitismo e o imperialismo tomaram-se elementos catalisadores do fenômeno totalitário. Este fenômeno sustentado pelo terror e pela ideologia torna-se uma nova forma de governo que, como afirma Arendt, pode coincidir com a destruição da humanidade, pois onde quer que tenha imperado, minou a essência do homem.<sup>9</sup>

Arendt indica também o pangermanismo e o pan-eslavismo como os movimentos de unificação étnica que inspiraram respectivamente o nazismo e o comunismo. Sobre as teorias geopolíticas destes movimentos, Arendt afirma:

“Pangermanistas e pan-eslavistas” concordavam em que, vivendo em “Estados continentais” e sendo “povos continentais”, tinham que procurar colônias no continente e expandir-se de modo geograficamente contínuo a partir de um determinado centro de poder; que contra “a idéia da Inglaterra – expressa nas palavras: Dominarei o mar – está a idéia da Rússia expressa nas palavras: Dominarei a terra”; e que mais cedo ou mais tarde, a “tremenda superioridade da terra sobre o mar (..) e o significado maior do poder terrestre em relação ao poder marítimo” se tornariam evidentes.<sup>10</sup>”

Arendt acredita ter sido o significativo desinteresse da sociedade burguesa pela realidade política que permitiu que o anti-semitismo fosse desvelado na política mundial somente depois de se tomar agente catalisador do nazismo. Da mesma forma este desinteresse da burguesia pela política permitiu que a disparidade entre causa e efeito do imperialismo fosse vista somente depois da Segunda Guerra<sup>11</sup>. Enfim, a desintegração do Estado nacional concomitante ao desenvolvimento imperialista colonial europeu continha, segundo Arendt, quase todos os elementos necessários à ideologia totalitária.

---

<sup>7</sup> ARENDT, OT, p. 517-18.

<sup>8</sup> Podemos também entender este processo como sinergia: a concatenação de fatos que não estão relacionados internamente, mas coexistem externamente e provocam o aparecimento de fenômenos que de longe transcendem suas causas.

<sup>9</sup> ARENDT, OT, p. 12.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>11</sup> Arendt entende que o imperialismo enquanto fenômeno político mundial engendrou a pretensão totalitária de domínio global.

A análise das formas totalitárias realizada por Arendt parte do pressuposto de que quando o anti-semitismo e o imperialismo foram desnudados, eles já estavam cristalizados em forças destrutivas irrevogáveis. Para uma imagem deste pensamento de Arendt, nos parece ser adequada à idéia de uma alta onda que surge inesperadamente diante de um banhista, não percebida antes pelo fato de este banhista não ter observado os pequenos movimentos do mar à sua frente. A reflexão de Arendt permitiu-lhe construir um esquema teórico capaz de captar o anti-semitismo não somente como ódio aos judeus, o imperialismo não somente como conquista e o totalitarismo não apenas como ditadura.

Com relação ao conceito de totalitarismo, a principal discussão é se este conceito pode referir-se a autocracias antigas e aos despotismos orientais, ou deve designar somente uma nova forma de governo. Raymond Aron toma um argumento bastante eficaz para defender sua oposição ao uso do termo totalitarismo para designar as autocracias antigas e os despotismos orientais. Aron afirma que o despotismo asiático não implica a criação de um novo homem, nem a espera do fim da pré-história.<sup>12</sup>

O modelo de síndrome, isto é, a identificação de caracteres essenciais – como se fossem sintomas – para apresentar o sistema totalitário, avaria o conceito de totalitarismo, porque confunde, ou não esclarece bem, quais são as propriedades definidoras e as propriedades contingentes deste conceito. Por exemplo, o monopólio governamental das armas não é uma propriedade definidora, posto que as democracias também possuem este monopólio; a ideologia oficial é também característica dos sistemas autoritários; a centralização da economia dirigida é um traço tanto do nazismo quanto do comunismo. Estas dificuldades no tratamento do conceito durante a década de cinquenta passaram a ser consideradas, na década de sessenta, não mais como incorreções, mas como motivo para se objetar o uso do conceito.

Os argumentos levados a cabo pela esquerda para justificar o repúdio ao conceito não obtiveram sustentação suficiente para alcançarem seu objetivo: a impugnação do conceito. A objeção de que o conceito teria uma função ideológica, facilmente pode ser desbancada pelo argumento simples de que a tentativa de impugnação do conceito também tem uma função ideológica. A defesa de que o uso do conceito somente era válido no pós-guerra imediato, já que o nazismo, fascismo e stalinismo acabaram, e que o comunismo não pode ser formulado em somente uma linha, não é suficiente, pois segundo este raciocínio teríamos então de deixar de usar todos os termos conceituais que indicam sistemas políticos já extintos ou que sofreram grandes diversificações.

A este estudo não interessa a abordagem do fascismo em si, visto que nossa autora em seu conceito de totalitarismo não recepciona o nazismo e o stalinismo como fascismos. O tratamento do fascismo torna-se necessário em nosso estudo somente quando importa diferenciá-lo do que Arendt entende como empreendimento totalitário.

Arendt, ao restringir o totalitarismo à experiência nazista e stalinista, lançou os comunistas não para onde eles mais temiam ir, isto é, para o rol dos regimes fascistas, mas lançou-os para o seletíssimo rol dos regimes totalitários. Como os nazistas estavam liquidados, pareceu aos comunistas que o conceito de totalitarismo fora feito por encomenda para atingi-los. Foi sempre incômoda aos comunistas a comparação de Hitler a

---

<sup>12</sup> ARON, Raymond. *Démocratie et Totalitarisme*, Paris: Gallimard, 1965, p. 319.

Stálin, ou a comparação do fascismo ao comunismo<sup>13</sup>. Os comunistas nunca entenderam por que os conservadores liberais insistiam tanto em criticar o que eram apenas excessos do comunismo. Enfim, nenhum conceito de totalitarismo causou tanta aversão à esquerda quanto o conceito elaborado por Arendt na sua análise das formas totalitárias.

A concepção de esfera pública é uma parte privilegiada do esquema intelectual de Arendt. Esta concepção foi determinante na sua análise das formas totalitárias. Nesse mesmo esquema intelectual, que podemos chamar de a política dos mortais, Arendt ressalta duas dimensões da sociedade moderna que são partícipes destas formas de governo.

A recepção destas dimensões é impreterível para a assimilação do conceito arendtiano de totalitarismo. A primeira dimensão consiste na estrita conexão entre ação política e compreensão da realidade. Arendt rechaça a tendência de se pensar a ação política como fator independente da compreensão da realidade. A autora assegura que o nosso sentimento de realidade surge a partir do âmbito público. A esfera pública é a esfera da aparência, da visibilidade, espaço de iluminação, do ver e ser visto. É o lugar onde a mentira está a descoberto. A esfera pública é a medida que ensina ao homem, pela sua experiência interdependente, a reconhecer, aceitar ou não aceitar, o acidental, o necessário e o arbitrário. O senso comum, cuja existência se dá na vida pública, é o alicerce da conexão que Arendt faz entre ação política e compreensão da realidade.

A segunda dimensão consiste no caráter radicalmente subjetivo da sociedade moderna, ou seja, a insólita preocupação com o eu, que resultou no solitário homem de massa cuja mentalidade é alheia ao mundo. A destruição da esfera pública força o homem solitário de massa a ir em busca de um universo de garantias, de certezas; onde a existência de um sistema consistente e absolutamente coerente não permita a presença do acaso. Todos que com este universo fazem contato, dele já fazem parte. Mas tal ventura exige uma opção: o abandono irrestrito da realidade factível por este mundo fictício. Nele, e somente nele realiza-se a coerência absoluta. Os fatos, a contingência e o acaso, que sempre atingem a realidade, não alcançam este mundo onipotente, que é guiado somente por uma lógica de irredutível coerência. As leis deste mundo fictício abarcam todas as possibilidades. Em atos de não-liberdade este mundo fictício realiza o fim da distinção entre o possível e o impossível.

O mundo fictício ofertado pelo movimento totalitário tem um caráter de intransponível irracionalidade. Na conduta irracional dos regimes totalitários exprime-se a negação do auto-interesse, da noção de utilidade e do princípio de identidade, pressupostos fundamentais do pensamento ético ocidental. Sob a dominação total o homem é posto num movimento incessante que visa à destruição dos processos individuais. Neste movimento incessante o homem perde todos os parâmetros e já não consegue reconhecer sua própria condição de homem.

Não aceitar que o totalitarismo investiu contra a natureza humana, para Arendt significa estimar que mesmo mediante a destruição dos elementos essenciais da vida humana – natalidade, individualidade e pluralidade<sup>14</sup> –, ainda seria possível se falar de natureza humana. A não destruição da natureza humana sob a dominação total somente

---

<sup>13</sup> Leandro Konder afirma em seu livro *Introdução ao Fascismo* que a equiparação Hitler = Stalin é o objetivo da doutrina do totalitarismo, e que isto é exemplarmente empreendido por Ralf Dahrendorf em *Soziologie und Nationalsozialismus*.

<sup>14</sup> Arendt desenvolve amplamente seu pensamento sobre a individualidade e a pluralidade em *A condição Humana*. (Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.)

seria possível se esta natureza correspondesse a algo partícipe das essências eternas, portanto de caráter imutável.

Podemos ressaltar a invisível ligação entre o tudo é possível da dominação total, onde todo e qualquer princípio utilitário é abolido, e a afirmação da superfluidade humana. Esta invisível ligação caracterizará também a presença da superfluidade do humano e a ocorrência do mal radical.<sup>15</sup>

Para Arendt o mal radical não se enraizava em motivos perversos, e com isso negava toda concepção tradicional que se tinha a respeito do mal, mas foi com Eichmann<sup>16</sup> que Arendt se vê frente a frente com o que ela passaria a chamar de banalidade do mal.

Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, como já referido, não trata da gênese do totalitarismo, trata dos fatos convergentes que acabaram por se cristalizar no fenômeno totalitário, pois que, como indica a autora, este fenômeno carece de origens históricas como causas eficientes. Em Arendt o fenômeno totalitário deve ser pensado a partir das origens do totalitarismo: o anti-semitismo e o imperialismo; dos elementos do totalitarismo: a ideologia e o terror – estes elementos devem ser entendidos como os dois pilares do totalitarismo; e a partir também dos componentes do totalitarismo: o isolamento e o desenraizamento.

Arendt, tendo a convicção de que a experiência totalitária foi absolutamente única, debruça-se em busca da compreensão deste fenômeno. Seu pensamento manter-se-á unido a uma reflexão que leva em conta o declínio da esfera pública e seu significado para a sociedade moderna. Partindo do fato simples de que somos todos mortais, e registrando que por causa da busca pela imortalidade os antigos realizavam seus atos através da contemplação pura ou feitos heróicos, e que os cristãos faziam o mesmo através da devoção, Arendt lembra que aos modernos restou, como fim em si mesma, somente a política.

Na esfera pública permanece ainda a possibilidade de transcendência e imortalidade. Para os modernos, a política dos mortais tem seus passos próprios, que no pensamento de Arendt devem permear a negação do conceito de final da história, portanto a recusa de qualquer política escatológica, redentora; a dimensão antropológica, que se afigura nos atos de liberdade, fundamentados na confiança e integridade; e o ato político, em função da posteridade, ou seja, a criação de instituições livres e perduráveis. Para Arendt, os homens não nascem iguais, somente a construção – um artifício humano – de um sentido igualitário pode afirmar a igualdade entre os homens. Os direitos inalienáveis do homem, ressaltando-se o direito à vida, a liberdade e a busca de felicidade são verdades evidentes que, no entanto, precisam ser constantemente reafirmadas pelo artifício humano do consenso na comunidade política.

Arendt reflete sobre a liberdade e a ação política através da noção de começo. A autora recolhe a temática do começo em Sto. Agostinho: o homem foi criado para que houvesse um começo.<sup>17</sup> Para Arendt, pensar significa sempre um novo começo, um *initium* que corresponde à capacidade humana de agir. Ação e começo coexistem na liberdade, é

---

<sup>15</sup> Se a utilização do termo “mal radical” em *Origens do Totalitarismo* (1951) e “banalidade do mal” em *Eichmann em Jerusalém* (1963) redundam num antagonismo, contradição, contraste ou seqüência, tem sido alvo de muitos debates. Elisabeth Young-Bruehl, Margaret Canovan e Richard Bernstein são os principais comentadores deste tema.

<sup>16</sup> Eichmann foi o perito de Hitler nas manobras de evacuação e extermínio dos judeus a fim de que se realizasse a “solução final”.

<sup>17</sup> Santo Agostinho, *De civitate Dei*, livro 12, capítulo 20.

através desta liberdade que a ação aparece no mundo, e deixa seus vestígios. O homem é *initium*, pois somente o seu querer realiza o primeiro movimento ou o interrompe.

A natalidade e a novidade imprimirão a exigência de que a essência de toda ação política seja um engendrar de um novo começo, o que resulta na perspectiva da autora numa ligação entre política e compreensão – compreender significa assimilar o sentido de algo que tem um sentido. A criação do sem-sentido totalitário levou a autora a relutar incessantemente em aceitar a idéia de que o totalitarismo foi um acidente superado<sup>18</sup>. Arendt requer a compreensão deste fenômeno, para que aceitemos o irrevogável.

Foi a necessidade de compreender este não-começo do totalitarismo que levou Arendt a elaborar sua política dos mortais e a colocar o mundo moderno diante da tradição. Não que a tradição possa oferecer categorias para pensar tal acontecimento, as categorias tradicionais não se adequam à análise da novidade totalitária, pois esta se impôs justamente a partir do rompimento com a tradição.

Neste sentido Arendt evidencia a perspectiva que tem da experiência totalitária: cumpre não somente especificá-la mediante comparações com outras formas de governo, ou defini-la estritamente dentro dos padrões acadêmicos. Arendt conseguiu nomear o acontecimento nazista e stalinista não por causa do óbvio: ser contemporânea destes acontecimentos; mas por não permitir que em sua análise terror e ideologia fossem tomados somente como caracteres destas formas de governo, mas como sua essência. O fato é que esta experiência em seu ineditismo exige novas categorias de pensamento para refletir sobre ela, e que a assertiva final sobre esta experiência deve levar inequivocamente à afirmação de que o domínio total é a única forma do governo com a qual não é possível coexistir.<sup>19</sup> Esta conclusão é o cerne da concepção arendtiana do totalitarismo.

O acontecimento totalitário entrou definitivamente para o âmbito dos estudos da política, sobretudo porque passou a fazer parte do imaginário de todos os povos que dele tomaram conhecimento. Isto ocorreu devido ao impacto deste acontecimento sobre o *ethos* humanitário da civilização.

A análise conceitual utilizada por Arendt em *Origens do Totalitarismo* e nas suas demais obras indica muito aproximadamente o que se inscreve no documento de *Avaliação e Perspectivas da Área de Ciência Política* realizada pelo CNPq:

“Conceitualmente, uma parte central da Ciência Política é o pensamento filosófico mais ou menos rigoroso aplicado ao entendimento do convívio humano em sociedade. Esta tradição se inicia talvez com A República de Platão, passa por Maquiavel, Locke, Hobbes, e chega aos nossos dias com Hannah Arendt... Esta lista é somente exemplificativa, mas permite marcar a idéia de que a ciência política está intimamente ligada à tradição do pensamento filosófico e prático sobre o homem em sociedade<sup>20</sup>”.

A análise conceitual de Arendt comporta um caráter semântico-etimológico, histórico e ontológico. Este método volta-se para a análise da circularidade entre palavras e

---

<sup>18</sup> ARENDT, OT, p. 343.

<sup>19</sup> ARENDT, OT, P. 343

<sup>20</sup> Documento preparado pelo comitê em Ciências Sociais do CNPq. Relator: Simon Schawartzman, abril, 1977.



fatos, e para a condição de existência do pensamento discursivo. João Maurício Adeodato expressa-se muito bem a respeito desta circularidade:

“Uma das maiores críticas de Arendt às “ciências sociais dominantes” é que, segundo ela, estas não se preocupam com as palavras já existentes, preferindo criar um jargão artificial, de significado preciso em relação às mentes de seus criadores mas sem ligação com a realidade dos fenômenos. (..) A palavra é um meio, não porque mostra completa ou definitivamente o significado de um fenômeno, mas porque revela algo de percepções passadas, sejam estas límpidas ou distorcidas<sup>21</sup>.”

Arendt preocupa-se com a verdade factual, entende que a função da história é não permitir que os acontecimentos sejam esquecidos. No mundo dos fatos, o bem ou o mal não deve ser esquecido. É a existência de palavras dotadas de significado que permite a reconciliação do homem com a experiência da realidade.

As várias considerações contidas nesta Introdução objetivaram oferecer uma condução para a leitura dos capítulos que se seguem, e para a conseqüente conclusão. Nesta Introdução foram anunciadas todas as temáticas que estão contidas no texto dissertativo. Esperamos, pois, abrir caminhos de aproximação com o pensamento político de Arendt e sua análise das formas totalitárias.

---

<sup>21</sup> ADEODATO, p. 102-103